



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

O IMPACTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA CONSTANTE BUSCA À INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES EM SALA DE AULA

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3731

Maria de Lourdes da Fonseca Russo Barroso Nunes¹

¹Pedagoga, Especialista em Gestão Educacional Integrada e Neuropsicopedagogia Institucional. E-mail: marial.neuropsico@gmail.com

RESUMO: O presente estudo analisa o impacto da formação continuada de professores na promoção da inclusão de crianças neurodivergentes em ambientes educativos regulares. Fundamentado em revisão bibliográfica qualitativa, o trabalho articula referenciais teóricos nacionais e o arcabouço legal brasileiro que assegura o direito à educação inclusiva. Discute-se como programas formativos permanentes influenciam práticas pedagógicas sustentáveis, reduzindo barreiras atitudinais e estruturais no contexto escolar. Os resultados apontam que formações contínuas, reflexivas e contextualizadas ampliam o repertório docente, favorecendo ambientes mais acolhedores para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e outras manifestações da neurodivergência. Conclui-se que políticas públicas robustas, articuladas à formação docente permanente, são essenciais para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Formação Continuada; Inclusão Escolar; Neurodivergência; Prática Docente; Educação Inclusiva, Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças neurodivergentes constitui um dos principais desafios contemporâneos da educação brasileira. O conceito de neurodiversidade reconhece que diferentes formas de funcionamento neurológico — como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia — fazem parte da diversidade humana e não devem ser compreendidas como desvios a serem corrigidos, mas como diferenças que demandam suporte pedagógico adequado.

Embora o Brasil possua legislação robusta no campo da inclusão escolar, sua implementação depende diretamente da qualificação permanente dos profissionais da educação. Conclui-se que a formação continuada constitui elemento estruturante para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas e para a garantia do direito à aprendizagem de estudantes neurodivergentes.

No Brasil, a garantia do direito à educação inclusiva está assegurada em diversos dispositivos legais. A **Constituição Federal de 1988**, em seu artigo 208, determina que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino. A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)** estabelece a educação especial como modalidade



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

transversal a todos os níveis de ensino, assegurando igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

De acordo com o art. 59, inciso III, da Lei nº 9.394/1996, os sistemas de ensino devem assegurar “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Apesar das garantias legais estabelecidas pela legislação educacional brasileira, especialmente no que se refere à formação docente para a inclusão, observa-se um descompasso significativo entre o que está previsto na norma e o que acontece no cotidiano escolar. Muitos professores relatam não ter recebido, em sua formação inicial, preparo suficiente para atuar em contextos inclusivos, especialmente diante da diversidade de perfis neurodivergentes presentes nas salas de aula contemporâneas. Essa lacuna formativa compromete não apenas a prática pedagógica, mas também a segurança profissional do docente, que frequentemente se sente sozinho diante de demandas complexas para as quais não foi adequadamente instrumentalizado.

Diante disso, é comum que surjam sentimentos de insegurança, angústia e até mesmo esgotamento emocional, decorrentes da pressão por resultados e da responsabilidade de garantir aprendizagem a todos os estudantes. A ausência de formação continuada consistente, de suporte técnico especializado e de políticas institucionais efetivas de acompanhamento contribui para que o professor se sinta despreparado para lidar com estratégias diferenciadas, adaptações curriculares e manejo comportamental em turmas neurodivergentes. Assim, a inclusão, embora prevista como direito, acaba sendo vivenciada como um desafio solitário, evidenciando a necessidade urgente de investimento estruturado na formação e no apoio pedagógico aos docentes.

Na prática, embora a escola abra suas portas demonstrando compromisso e responsabilidade em relação à legislação de inclusão, o professor muitas vezes se vê sozinho diante do desafio de atender às diversas demandas da sala de aula. Cabe a ele oferecer suporte a estudantes com TEA, dislexia, TDAH, entre outras neurodivergências, ao mesmo tempo em que precisa acompanhar e atender também os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas aos conteúdos próprios de sua série. Essa realidade evidencia os desafios enfrentados pelos docentes na efetivação da educação inclusiva no cotidiano escolar.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

reforça a necessidade de reorganização dos sistemas de ensino para garantir acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial. Complementando esse marco normativo, a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)** assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis e proíbe a cobrança de valores adicionais pelas escolas privadas em razão de deficiência.

Diante desse cenário, observa-se que muitos estagiários ingressam nas escolas sem a experiência e a formação necessárias para lidar com situações que exigem um olhar pedagógico verdadeiramente inclusivo. Nota-se, também, uma espécie de “normalização” do discurso da inclusão nas instituições escolares; entretanto, na prática, o que frequentemente ocorre é apenas a aceitação do aluno. O estudante com neurodiversidade é admitido na escola em razão da legislação que garante esse direito à família, porém, no cotidiano da sala de aula, muitas vezes não há uma inclusão efetiva, com estratégias pedagógicas e suporte adequados que favoreçam sua participação e aprendizagem.

Além disso, a Lei Berenice Piana (**Lei nº 12.764/2012**) institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garantindo acesso à educação e ao atendimento especializado. Tais legislações evidenciam que a inclusão não é uma opção pedagógica, mas um dever legal e ético das instituições escolares.

Entretanto, a efetivação desses direitos depende diretamente da atuação docente. A presença da legislação não assegura, por si só, práticas inclusivas consistentes. Nesse cenário, a formação continuada emerge como elemento fundamental para a consolidação de ambientes educacionais equitativos.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e interpretativa. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, os fundamentos teóricos, legais e pedagógicos que sustentam a formação continuada como estratégia para a inclusão de crianças neurodivergentes na escola regular.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do levantamento de produções acadêmicas nacionais publicadas em periódicos científicos, livros especializados e documentos normativos oficiais. Foram considerados critérios como relevância temática, atualidade das publicações e



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

reconhecimento acadêmico das obras selecionadas. Além disso, analisaram-se legislações brasileiras que estruturam o direito à educação inclusiva, tais como as anteriormente citadas.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura crítica e categorização temática, identificando três eixos centrais:

1. A base legal da inclusão escolar no Brasil;
2. A formação continuada como processo de desenvolvimento profissional;
3. Os impactos formativos nas práticas pedagógicas voltadas à neurodivergência.

Essa organização permitiu compreender não apenas os fundamentos teóricos da inclusão, mas também suas implicações práticas no cotidiano escolar.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como princípio fundamental da política educacional brasileira. O reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo da escola democrática implicou a revisão de concepções tradicionais de ensino e a reorganização das práticas pedagógicas. No contexto contemporâneo, a inclusão de estudantes com deficiência e de crianças neurodivergentes — como aquelas com TEA, TDAH e dislexia — representa desafio pedagógico, institucional e político.

A educação inclusiva no Brasil representa um avanço civilizatório ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da escola democrática. A legislação brasileira estabelece que a inclusão não se limita à matrícula do estudante, mas envolve condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento integral.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) determina que as instituições de ensino devem assegurar adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade, garantindo igualdade de oportunidades. Isso implica revisão curricular, flexibilização metodológica, avaliação diferenciada quando necessário e oferta de atendimento educacional especializado.

A escola, portanto, deixa de ser um espaço homogêneo para assumir-se como ambiente plural, no qual as diferenças são reconhecidas como parte do processo educativo. Contudo, essa transformação exige mudança cultural e pedagógica, o que reforça a importância da formação docente contínua.

Diante das diversas leis que amparam os alunos neurodivergentes e determinam que a inclusão aconteça de forma efetiva na prática escolar, surge uma questão que muitas vezes permanece sem



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

resposta: como um professor conseguirá estimular o desenvolvimento de uma turma com estudantes neurodivergentes atuando sozinho, sem o devido apoio pedagógico, considerando que muitos desses alunos necessitam de adaptações pedagógicas específicas para garantir sua aprendizagem e participação no processo educativo?

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E PARADIGMAS

A educação inclusiva movimenta-se entre diferentes modelos de compreensão da diversidade. O **modelo social** propõe que as barreiras à participação plena dos alunos neurodivergentes são construídas socialmente e podem ser reduzidas por meio de práticas pedagógicas que valorizem diferenças e promovam acessibilidade.

“A inclusão escolar é um processo que objetiva ampliar a participação de todos [...] Trata-se de uma reestruturação do sistema de ensino e das práticas vivenciadas nas escolas de modo que respondam à diversidade humana” (MANTOAN, 2003, p. 25).

Sendo assim, a inclusão transcende a simples presença física do aluno na sala de aula; ela requer ações efetivas que garantam participação e aprendizagem de todos. Porém, essa reestruturação precisa iniciar no olhar da gestão focando na qualidade da inclusão e não apenas na quantidade. O que é visto é o olhar na receptividade dessas crianças e depois que a matrícula é feita, o professor é responsabilizado pelas ações de inclusão.

FORMAÇÃO CONTINUADA COMO PROCESSO TRANSFORMADOR

A formação continuada é concebida como processo de construção de saber profissional que articula experiências educativas, reflexões sobre a prática e desenvolvimento de competências específicas. Imbernón (2010) destaca que esse processo deve estar alinhado às necessidades reais do contexto escolar, articulando teoria e prática de forma participativa e colaborativa.

Nóvoa (1992) argumenta que a formação docente ocorre no cotidiano profissional, por meio de trocas, análise de práticas e reflexões críticas que transformam a identidade do professor.

Atualmente, no cotidiano da sala de aula, o professor encontra-se com muitas responsabilidades. Diante de tantas demandas os momentos de reflexão pedagógica, trocas fundamentais para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, acabam sendo adiados ou



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

deixados para outro momento, comprometendo a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, reflexivas e adequadas às necessidades dos diferentes estudantes presentes na sala de aula..

A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e das Tecnologias Assistivas (TA) no contexto educacional tem se mostrado um elemento fundamental para a efetivação da inclusão. Conforme discutem Sardenberg e Maia (2021), a articulação entre TIC e TA amplia as possibilidades pedagógicas e favorece a participação ativa de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Nesse sentido, profissionais que investem em formação continuada, buscam atualização tecnológica e exploram recursos digitais apresentam maior potencial para desenvolver práticas pedagógicas mais acessíveis e eficazes.

Com um olhar pedagógico atento, a reflexão sobre as práticas pedagógicas exige sensibilidade e postura crítica diante das diferentes demandas presentes no contexto escolar. Esse processo envolve compreender as necessidades dos estudantes e considerar a importância das adaptações curriculares como estratégias fundamentais para promover uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

A NEURODIVERSIDADE NA ESCOLA

O conceito de **neurodiversidade** reconhece que variações no funcionamento cognitivo e comportamental — como ocorrências de TEA, TDAH ou dislexia — fazem parte da diversidade humana. Esse paradigma requer que políticas e práticas escolares se adaptem para oferecer suporte efetivo e equitativo.

Estudo de Dyosini (2025) evidencia que professores desejam apoiar aprendizes neurodivergentes, mas apresentam lacunas de formação e recursos para desenvolver práticas eficazes em sala de aula.

FORMAÇÃO CONTINUADA E PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE INCLUSÃO

Pesquisas nacionais sobre formação de pedagogos revelam que a formação inicial muitas vezes não contempla adequadamente os temas relacionados à inclusão e ao atendimento de estudantes neurodivergentes. Isso evidencia a necessidade de programas continuados que suplementem e aprofundem esses saberes (Oliveira & Dias, 2020).



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Artigos recentes como Pontes Luz Riccioppo & Farinelli (2025) destacam que a formação específica sobre o TEA influencia positivamente a construção de práticas pedagógicas ajustadas às necessidades desses alunos.

ESTRATÉGIAS FORMATIVAS QUE FAVORECEM A INCLUSÃO

A literatura aponta que as formações continuadas mais eficazes na promoção de práticas inclusivas e reflexivas em contextos reais de sala de aula são aquelas que enfatizam determinadas características. São elas:

- análise de casos de ensino;
- desenvolvimento de recursos didáticos adaptados;
- trabalho colaborativo entre professores;
- estratégias de ensino baseadas no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA);

Além disso, programas que combinam teoria e prática com contextualização na escola produzem melhores resultados no fortalecimento de competências docentes para ensinar estudantes com TEA e outras manifestações de neurodivergência.

O USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E AS TICS NA INCLUSÃO

A articulação entre Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Tecnologias Assistivas (TA) representa um avanço significativo no campo da educação inclusiva. Enquanto as TICs abrangem recursos digitais amplamente utilizados no contexto educacional como computadores, tablets, plataformas digitais, softwares educativos e ambientes virtuais de aprendizagem, a Tecnologia Assistiva direciona-se especificamente à eliminação de barreiras que dificultam a participação de estudantes com deficiência ou outras necessidades específicas.

Segundo Bastos et al (2023) apesar de muitas iniciativas voltadas para o uso de tecnologias, foi observado que a falta de acompanhamento de profissional qualificado limita e até leva ao abandono do produto, pois muitos não são intuitivos e precisam de mediação.

A demanda por Tecnologias Assistivas no cenário político brasileiro aumenta com o avanço tecnológico. Há uma considerada parcela da população que necessita dos recursos e desses serviços, mas pela dificuldade acabam não utilizando.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Outrossim, o Decreto 5.296/2004 que regulamenta a Lei 10.048/2000 entende como prioritário o atendimento ao público por ele especificado. Foram definidos conceitos importantes como “pessoas portadoras de deficiência”, “deficiência física”, “acessibilidade”, “desenho universal”, etc. A partir desta norma legal também se deu a instituição do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), recursos assistivos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A discussão sobre inclusão também passa pela forma como a comunicação e o acesso às tecnologias são distribuídos na sociedade. Nesse contexto, destaca-se a importância de garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades de expressão e participação social. Como afirmam os autores: “A democratização da comunicação tem a ver com a possibilidade individual de expressar-se, [...] de democratizar os meios tecnológicos que permitem os indivíduos de comunicar-se e com a responsabilidade social de incluir.” (Soares *et al.*, 2021)

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a democratização da comunicação está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais inclusiva. Garantir que todos tenham acesso aos meios de expressão e às tecnologias de comunicação significa ampliar as possibilidades de participação social, valorizando as diferentes vozes e experiências.

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão e à acessibilidade, a presença efetiva das Tecnologias Assistivas no contexto educacional brasileiro ainda é limitada. Muitas escolas, especialmente da rede pública, enfrentam dificuldades relacionadas à escassez de recursos materiais, infraestrutura adequada e formação continuada de professores para o uso pedagógico dessas tecnologias. Como consequência, diversos estudantes que poderiam se beneficiar desses recursos acabam tendo seu processo de aprendizagem comprometido, uma vez que não dispõem das ferramentas necessárias para favorecer sua participação plena nas atividades escolares.

Nesse contexto, observa-se que o acesso às Tecnologias Assistivas ainda se concentra, em grande parte, em instituições privadas de ensino, que geralmente dispõem de maiores investimentos em recursos tecnológicos e apoio especializado. Essa realidade evidencia uma desigualdade significativa no acesso aos recursos educacionais inclusivos, o que contraria os princípios de equidade e democratização da educação. Assim, torna-se fundamental ampliar políticas públicas, investimentos e ações formativas que possibilitem a implementação e o uso efetivo das Tecnologias Assistivas em todas as instituições de ensino, garantindo condições mais igualitárias de aprendizagem e participação para estudantes com deficiência.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

BARREIRAS À INCLUSÃO E À FORMAÇÃO

Embora a formação continuada apresente impactos positivos, ainda persistem barreiras significativas que dificultam sua efetivação. Entre elas, destacam-se a oferta limitada de programas específicos de formação continuada, a falta de tempo e de recursos que possibilitem a participação dos docentes, a ausência de políticas públicas mais robustas que garantam a continuidade desses programas e, ainda, as dificuldades de articulação entre a formação inicial e a formação continuada. Essas limitações acabam comprometendo a consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas e reflexivas no cotidiano escolar.

Para que as práticas pedagógicas inclusivas sejam efetivamente implementadas, é essencial que as políticas educacionais e os gestores escolares assegurem condições adequadas para o desenvolvimento profissional docente. Nesse sentido, torna-se necessário garantir a oferta contínua de formação para professores com foco na neurodiversidade, promover o suporte colaborativo entre docentes e especialistas, incentivar o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem profissional e realizar o monitoramento e a avaliação constantes das práticas formativas implementadas. Essas ações contribuem para fortalecer o trabalho pedagógico e ampliar as possibilidades de inclusão no contexto escolar.

A promoção de uma inclusão educacional sustentável requer não apenas a formação docente, mas também a implementação de outras ações estruturais e institucionais. Dessa forma, torna-se necessário investir em infraestrutura adequada e em recursos pedagógicos que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes, além de desenvolver políticas educacionais que priorizem a equidade e o suporte individualizado. Também é fundamental promover a integração entre a formação inicial, a formação continuada e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar, garantindo maior coerência entre teoria, formação e prática educativa.

A crise na educação e na formação docente, destacada por Imbernón (2010), provocou reflexões motivadas pelas transformações sociais. Essas mudanças influenciaram a formação de professores ao questionar práticas de transmissão de conteúdos, valorização do trabalho colaborativo e reconhecimento da importância da diversidade e da contextualização no processo de formação..

A formação continuada de professores exerce papel central na inclusão de crianças neurodivergentes, favorecendo práticas pedagógicas mais acolhedoras, criativas e efetivas. A



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

construção de programas formativos continuados, alinhados com a realidade escolar e as necessidades dos professores, produz impactos significativos no desenvolvimento profissional e na qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que ações formativas bem estruturadas, aliadas a políticas públicas robustas e investimentos em educação, são essenciais para que a inclusão não fique restrita à presença física, mas implique participação efetiva e aprendizagem de todos.

O Brasil dispõe de arcabouço legal robusto no campo da educação inclusiva, que asseguram o direito à educação inclusiva e impõem deveres às instituições escolares, contudo não garantem a prática em sala de aula.

Portanto, a efetivação desses direitos depende diretamente da qualificação permanente dos profissionais da educação. A formação continuada configura-se como eixo estruturante para a implementação das políticas inclusivas, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas às necessidades de estudantes neurodivergentes.

Conclui-se que a consolidação da inclusão escolar exige articulação entre legislação, políticas públicas e formação docente, de modo a transformar o direito formal à educação em experiência concreta de aprendizagem e participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo à pesquisa, tecnologia e inovação são indispensáveis para atender turmas neurodivergentes. É necessário rever as políticas públicas e o uso de Tecnologia Assistiva para o público foco deste trabalho. É indispensável e urgente o desenvolvimento de um programa de capacitação para a atuação de profissionais da área da educação; assim como disseminar a informação de forma mais clara, para que mais pessoas tenham acesso aos seus direitos

O planejamento docente, conhecimento técnico e sensibilidade às especificidades dos estudantes corrobora para o desenvolvimento dos educandos. Professores atualizados, que investem em formação continuada e buscam compreender a necessidade de seus estudantes e o potencial das tecnologias, tendem a desenvolver práticas mais acessíveis e personalizadas. Assim, o uso qualificado das TIC e da Tecnologia Assistiva contribui para que a inclusão ultrapasse o discurso normativo e se concretize na prática pedagógica cotidiana.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. A. L. S., Silva, M. S., Ribeiro, N. M., Mota, R. S., & Galvão Filho, T. (2023). **Tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 31, e3401. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO260434011>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- OLIVEIRA, Shirlene G. da S.; DIAS, Viviane B. Formação de pedagogos para o contexto inclusivo: um estudo de revisão. **Revista Educação Especial**, 2020.
- PONTES LUZ RICCIOPPO, A. P.; FARINELLI, M. **Escola e inclusão: formação de professores de crianças com TEA**. Educação em Foco, 2025.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SARDENBERG, Thiago; MAIA, Helenice. Tecnologia da informação e comunicação e tecnologia assistiva: aproximações e distanciamentos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 4, p. 3072-3085, dez. 2021. e-ISSN: 1982-5587. <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.4.16068>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- SOARES, C., S. Menezes, K. e De Queiroz (2021). Tecnologia assistiva digital com softwares livres e gratuitos: convergências para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, 85(2), 141-160. <https://doi.org/10.35362/rie8524095>



II Congresso de Educação e Práticas Escolares